

O VELHO CADILLAC: RAÇA, NAÇÃO E SUPREMACIA BRANCA NA ERA TRUMP

The Old Cadillac: race, nation and White Supremacy in the age of Trump

Flávio Thales Ribeiro Francisco¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a dimensão racial do fenômeno Trump a partir de uma perspectiva histórica que acompanha a construção e as reatualizações da supremacia branca. Aqui discute-se a invenção social do branco e a maneira como, em momentos diferentes de sua trajetória, a sociedade estadunidense, domesticamente e internacionalmente, projetou a ideia de “América Branca” para reforçar hierarquias raciais. O trumpismo reorganiza o excepcionalismo estadunidense a partir de uma perspectiva nacionalista e, também, supremacista que procura dar respostas e soluções à crise hegemônica dos Estados Unidos na ordem mundial e à instabilidade econômica das classes trabalhadoras brancas.

Palavras-chave: Raça; supremacia branca; identidade nacional; Donald Trump

Abstract

The purpose of this article is to analyze the racial dimension of the Trump phenomenon from a historical perspective that follows the construction and the updating of white supremacy. Here we discuss the social invention of white people and the way in which, at different times in their trajectory, American society, domestically and internationally, projected the idea of “White America” to reinforce racial hierarchies. Trumpism reorganizes American exceptionalism from a nationalist and supremacist perspective that seeks to provide answers and solutions to the United States' hegemonic crisis in the world order and the economic instability of the white working classes.

Keywords: Race; White supremacy; national identity; Donald Trump

¹ Professor Adjunto do Bacharelado em Ciências Humanas e do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (CECS-UFABC).

Introdução

Em julho de 2019, o presidente estadunidense Donald Trump, em discurso para uma plateia de apoiadores, chamou a atenção da imprensa e de especialistas sobre relações raciais ao atacar quatro mulheres congressistas não brancas. Além de acusá-las de destruírem o Partido Democrata e questionar a lealdade delas com a nação, insinuou que deveriam voltar para o lugar de origem. O olhar racializado do presidente acabou ignorando fato de que três delas haviam nascido nos Estados Unidos (Ayanna Pressley, Alexandria Ocasio-Cortez e Tashida Tlaib) e uma delas, Ilhan Omar, de origem somali, havia chegado ao país ainda criança. O discurso do presidente, assim como havia ocorrido em outros momentos, revelava a sua ideia de nação, no qual as populações brancas são tratadas como edificadoras da nação e únicas protagonistas nas decisões políticas.

Desde a campanha eleitoral em 2016, articulada pelo supremacista Steve Bannon, Donald Trump tem utilizado subtextos racistas que mobilizam várias organizações supremacistas dos Estados Unidos, dentre elas a tradicional Ku Klux Klan. O slogan “Fazer a América Grande Novamente”, que se popularizou através dos bonés com a sigla MAGA, não convocava somente a sociedade para se engajar em um nova agenda para resgatar economicamente a nação, mas também comunicava aos segmentos da população branca que o projeto de Trump para o país desafiava a “América multicultural” de Barack Obama, que representava uma nação inclusiva que incorporava as “minorias étnicas” como sujeitos históricos das narrativas que organizam o excepcionalismo estadunidense. Ou seja, parte da interpretação dos problemas econômicos e sociais dos Estados Unidos foram enquadrados pelo discurso de Trump como problemas raciais, em discursos que afirmavam que as elites passaram a negligenciar as condições dos segmentos populares da população branca.

Em um contexto de aumento proporcional da população não branca e de percepção de declínio das populações brancas, como veremos mais adiante, os proponentes da supremacia, que estavam marginalizados em fóruns subterrâneos da internet, emergiram na era Obama e se lançaram às ruas motivados pelo discurso codificado da campanha presidencial de Donald Trump. A proposta deste artigo é compreender a relação entre supremacia branca e nação em momentos históricos dos Estados Unidos, nos quais os supremacistas reforçaram a noção de nação branca para impor hierarquias raciais ou reagir às agendas pautadas pela inclusão de minorias. O fenômeno Trump, em

sua complexidade, apresenta claramente uma dimensão racial, que mobiliza narrativas e representações do repertório racista estadunidense, recontextualizando-as para os embates políticos domésticos e internacionais. Portanto, como veremos ao longo do texto, o trumpismo dialoga com a supremacia branca constituída historicamente e só pode ser compreendido se inserido nas dinâmicas raciais dos Estados Unidos.

A invenção dos brancos

Em noticiários e análises sobre as relações raciais estadunidenses, é possível acompanhar o uso frequente da expressão “supremacia branca”, que frequentemente é utilizada como sinônimo de racismo. Entretanto, ela faz referência a um dos aspectos das relações raciais nos Estados Unidos, que é o processo de racialização dos descendentes de europeus que se processou nas colônias britânicas na América do Norte. A constituição do sistema escravista não somente racializou os africanos e seus descendentes, mas criou uma hierarquia racial na qual a euro descendência se transformou em capital político e simbólico. Esse fenômeno ocorre também na América Latina, mas não como nas colônias britânicas do Norte, em que as populações de origem europeia no século XVII desempenhavam grande parte dos trabalhos braçais.

Theodore Allen (1997), um dos pioneiros dos estudos sobre branquitude nos Estados Unidos, destaca o fato dos trabalhadores brancos terem sido submetidos a regimes de trabalho forçado no período colonial. O historiador pondera que a identidade racial branca não fazia muito sentido para os primeiros britânicos a ocupar terras na colônia da Virgínia. A branquitude foi se constituindo nos contatos com os povos indígenas da América do Norte, no esforço dos colonizadores de controlá-los e transformá-los em mão de obra para as atividades agrícolas. A tentativa de forçar o trabalho de indígenas não foi bem-sucedida e os ingleses, em meio ao empenho para viabilizar a colônia economicamente, passaram a experimentar o trabalho de ingleses, escoceses e irlandeses. No final da década de 1610, a produção de tabaco cresceu vertiginosamente, mas o seu preço caiu e a margem de lucro retornou a um nível insatisfatório em poucos anos. A alternativa para contornar a queda foi a de promover o trabalho forçado desses mesmos trabalhadores, que chegavam a América como criminosos ou endividados com os custos de viagem, antes pagos pela própria companhia de colonização.

Os colonos da Virgínia, nesse sentido, operaram a concentração de terras e reproduziram a

lógica monocultora de outras colônias das Américas, iniciando todo o processo com a servidão de trabalhadores europeus, que se transformariam em trabalhadores brancos na dinâmica racial que se constituía na América do Norte. A partir de 1622, os ingleses já organizavam as regras para manter o fornecimento contínuo da mão de obra para a produção do tabaco. Nesse período, em que a organização do trabalho ainda não havia se consolidado com a escravidão perpétua de africanos, havia vários arranjos para o trabalho forçado, que determinavam a servidão entre 5 e 25 anos. Em 1662, por exemplo, a assembléia da Virginia decidiu inverter a tradição da linha patrilinear de servidão para a mãe, era o ventre que passaria a definir a condição de livre ou escravo. Em 1681, foi aprovada uma outra lei que estabelecia que os filhos de uma mulher branca serva e um pai afro-americano escravo deveria servir até os vinte anos de idade, seis anos a mais do que um trabalhador em servidão com mãe e pai euro-americano (Ibidem, 134). A ideia de raça ainda estava em processo de construção e, ao longo do século XVII, a linha que separava a servidão europeia e a escravização foi sendo traçada com uma série de códigos aprovados em cada uma das colônias britânicas da América do Norte.

Em 1640, em decisão da Corte Geral de Virginia, John Punch foi punido com o trabalho forçado perpétuo, enquanto os seus colegas de fuga euro-americanos tiveram o período de servidão preservado (Ibidem, 179). Theodore Allen considera o evento importante para a hierarquização racial das sociedades coloniais, entretanto, para o historiador, só é possível afirmar a existência do que denomina “opressão racial” no século XVIII. A justificativa religiosa para escravização perpétua de africanos foi se racializando ao longo do tempo, ao fixar a população africana e afro-americana na base da hierarquia dos trabalhos forçados. A sistematização dos códigos raciais na Virgínia acompanhou as resistências de trabalhadores de origem africana e europeia à coerção dos colonos, assim como a possibilidade de articulação de insurreições inter-raciais. David Roediger (2007), especialista na expressão da branquitude na formação da classe operária, questiona o foco de Allen e outros historiadores sobre a Virginia para se compreender a “invenção do branco” nas Américas. Roediger identifica na Carolina do Sul o centro de racialização das colônias da América do Norte, pois estava mais integrada ao circuito escravocrata do Caribe. Contudo, ele trabalha com a mesma temporalidade de Allen, em um período entre as décadas finais do século XVII e a primeira metade do XVIII.

Os códigos, sejam na legislação, ou na esfera cultural, definiram a fronteira, não muito bem clara no início da colonização, entre as posições de indígenas, negros e brancos na estrutura social,

conferindo aos euro-americanos, mesmo empobrecidos, o capital simbólico da branquitude associado ao status de trabalhador livre. Cheryl Harris (1993) identificou nesse processo um regime de propriedade no qual a escravidão africana levou à desumanização dos negros, transformando-os em propriedade e encaminhou o acesso da população branca à propriedade da branquitude. Harris, contudo, chama a atenção para o fato de que a branquitude não é uma simples propriedade reconhecida legalmente, mas também um elemento de organização das identidades nas relações sociais e interpessoais. A partir de uma dimensão legal e outra identitária, ela garante ocupações, atribuições especiais, contratos e subsídios. A invenção do branco distribuiu recursos materiais e simbólicos pela lógica da propriedade, construindo hierarquias raciais que restringem o exercício do poder ao grupo constituído e categorizado como branco.

Nessas ordens sociais coloniais, assim como mencionado anteriormente, a classe de trabalhadores brancos, sem propriedade de terras, mas também não enquadrada pela escravidão, criou a sua própria subjetividade que se expressou em forma de tensões com as elites e com os descendentes de africanos escravizados. Entre 1800 e 1860, as classes populares brancas lutaram por participação política e também mobilizaram dispositivos simbólicos e práticas violentas para se distanciarem das experiências negras associadas à escravidão. David Roediger destaca toda a construção de um léxico do trabalho livre, que consolidou a ideia de que a contratação, ou seja, a venda da força de trabalho era um ato digno e sem comparação com o trabalho escravo. À medida em que a modalidade de servidão desaparecia, os trabalhadores brancos foram incorporando a ideia de que o salário não violava a autonomia individual e poderia ser uma alternativa à propriedade de terras.

Para Roediger, a articulação de uma terminologia para se referir às categorias profissionais que desempenhavam trabalhos braçais indica a consolidação de uma representação positiva sobre o trabalho livre, mas também sobre a identidade do trabalhador branco, opondo a preguiça dos negros escravizados e a iniciativa dos trabalhadores brancos livres (p.49). A emergência da classe trabalhadora branca no século XIX produziu uma cultura popular que celebrou a branquitude e mobilizou uma simbologia que sustentava subalternidade dos negros. David Roediger analisou a dimensão lúdica das experiências desses trabalhadores, demonstrando como o show de *minstrels*, com artistas performando *blackface*, foram extremamente populares naquele período. Nem todos os artistas zombavam das manifestações culturais negras e alegavam ser estudiosos da musicalidade afro-americana, entretanto, independentemente das intenções, as classes populares compreendiam

todos os elementos do show como representação da inferioridade da população negra. Ao destacar o entretenimento entre os trabalhadores brancos, o historiador identificou o empenho dessa classe em manter uma linha estável de separação em relação aos negros escravizados e uma minoria de negros livres.

Roediger, ao mergulhar em diferentes esferas no processo de construção da classe trabalhadora branca, evidencia a recompensa social, psicológica e econômica da branquitude que, de acordo com o seu raciocínio, acaba compensando os baixos salários e as condições precárias. O seu argumento, como o próprio reconhece, é uma espécie de extensão do trabalho pioneiro de W. E. B. DuBois, que na obra *Black Reconstruction* (2012), de 1935, já apontava para a branquitude como um impeditivo para a construção de uma aliança inter-racial de classe no pós-abolição. Durante a Reconstrução (1865-1877), em um momento em que se desmontava o sistema escravocrata e que se esperava a integração racial e a prevalência das dinâmicas de classe sobre as raciais, abriu-se um novo campo de disputas em que as elites brancas do Sul procuraram conduzir a inserção dos trabalhadores negros com a rearticulação das hierarquias raciais. Apesar das inúmeras iniciativas para promover a educação e a participação política para uma população majoritária de libertos, a massa de trabalhadores brancos adotou a supremacia branca, recontextualizando a distância simbólica construída ao longo do século XIX.

A Reconstrução foi uma espécie de laboratório da polarização racial que se manifestou em diferentes momentos da história dos Estados Unidos. A supremacia branca se transformou em um fenômeno social que se generalizou entre os segmentos da população branca, orientando projetos políticos de elites e as agendas do operariado que se organizava entre os séculos XIX e XX. Assim, se consolidava a ideia de que as instituições da democracia estadunidense deveriam se sujeitar aos interesses das populações brancas, relegando um espaço marginal às minorias raciais na comunidade política. Alguns historiadores, que se debruçaram sobre as experiências dos trabalhadores imigrantes da Europa, destacaram o modo como alguns grupos, mesmo que categorizados como inferiores, incorporaram práticas racistas orientadas pela supremacia ao longo do tempo (GUGLIEMO, 2004; JACOBSON, 1999; IGNATIEV, 1991). Os irlandeses e os italianos foram exemplos de trabalhadores que sofreram com a hierarquização racial por não pertencerem à linhagem anglo-saxônica, mas reproduziram práticas racistas violentas contra os negros.

A partir de 1877, os estados do Sul, em meio a uma efervescência supremacista, articularam leis segregacionistas que somente seriam desmanteladas na década de 1960. A segregação dos

espaços foi cancelada pela Suprema Corte de Justiça que interpretou, em 1896, que a separação de negros e brancos, desde que as condições materiais fossem iguais, não violava a Constituição. A supremacia ascendente nas primeiras décadas do século XX não somente se revelou nos linchamentos de homens negros por hordas formadas por brancos racistas, esteve presente na cultura popular e também aflorou entre lideranças políticas do país. O filme *Nascimento de uma Nação*, que glorificava a ascensão da Ku Klux Klan e o papel da organização na redenção dos brancos do Sul, teve uma exibição na Casa Branca, em 1915, com a presença do diretor David Griffith. O presidente Woodrow Wilson elogiou a produção e ainda prometeu apoiá-la, já que a militância negra havia se mobilizado para proibir a sua circulação (O'REILLY, 1995, p. 90).

Nesse período, a ideia de nação branca, fundamental para as narrativas dos supremacistas, ganhava força e influenciava também o expansionismo dos Estados Unidos. Alguns historiadores como Nikhill Singh (2017), que questionam a linha fronteira entre políticas domésticas e internacionais, argumentam que o processo de constituição da supremacia branca foi acompanhado pela racialização de populações consideradas inimigas e obstáculos ao progresso da nação. Seja no próprio território ou em terras estrangeiras a raça cumpriu papel importante na constituição de um repertório de controle das “raças inferiores”, que internacionalmente foi acionado para a agenda imperialista estadunidense na América Latina e no Pacífico no início do século XX e recentemente foi reativado para operações no Oriente Médio (SINGH, p. 100). Nikhill Singh, nesse sentido, aproxima as experiências de remoção das populações indígenas, o policiamento sobre as comunidades afro-americanas, a ocupação das Filipinas e a Guerra ao Terror, como eventos de uma história do racismo estadunidense.

Ascensão e “queda” da potência branca

A raça, enquanto elemento estruturante da sociedade estadunidense, foi um dispositivo acionado também para legitimar as ações internacionais do país, em um momento em que arquitetos da agenda internacional (políticos e intelectuais) analisavam a ordem mundial a partir de uma perspectiva que hierarquizava as populações racialmente. Na primeira metade do século XX, como acompanharemos rapidamente nesta seção do artigo, a leitura sobre a projeção dos Estados Unidos não tinha somente uma interpretação econômica, mas também argumentos e justificativas de uma superioridade do país como uma nação branca, atuando internacionalmente em uma ordem mundial

com uma maioria de populações inferiores que deveria ser controlada e tutelada pelas “nações civilizadas”. Essa lógica se reproduziu no intervencionismo de Theodore Roosevelt e também na agenda liberal de autodeterminação dos povos de Woodrow Wilson, que não se estendia necessariamente para as nações não-brancas (SEYMOUR, 2017, p. 161).

Nesse contexto, se reforçava a narrativa de que a história da nação estadunidense foi, desde o seu princípio, um experimento civilizatório. O expansionismo dos estadunidenses teve como elemento impulsionador o discurso de excepcionalidade da nação fundamentado na noção de superioridade dos descendentes de europeus sobre as populações indígenas. A crença nessa excepcionalidade legitimou a ofensiva sobre as populações indígenas da América do Norte e sobre o território dos mexicanos. Para Reginald Horsman (1981), que explorou o modo como a ideia de raça permeou o Destino Manifesto, o conflito entre os Estados Unidos e o México, em 1840, foi crucial para a difusão da superioridade anglo-saxônica entre os estadunidenses. No período da guerra contra o México, os mexicanos foram colocados na base de uma hierarquia racial que habitava o imaginário dos cidadãos dos Estados Unidos. Os habitantes da Califórnia, que na época era um território mexicano, eram frequentemente retratados como “imbecis incapazes de controlar o próprio destino” (HORSMAN, 1981, P. 210).

A Guerra Hispano-Americana, em 1898, que marca início de um período de engajamento dos estadunidenses em operações de intervenção na América Latina, também revelou a sua dimensão racial. Os combates contra os espanhóis e, principalmente o processo de ocupação, foram relatados por algumas autoridades a partir de uma visão racializada que legitimava a ação dos estadunidenses como agentes capazes de organizar uma sociedade maculada pela presença marcante de uma população negra. A construção da nação cubana foi marcada por uma tensão entre membros do Exército de Libertação que defendiam uma sociedade inclusiva e as autoridades estadunidenses que procuraram estabelecer o padrão do Sul dos Estados Unidos para orientar a relação entre negros e brancos cubanos. O plano era o de afastar os negros dos espaços de poder e garantir que a liderança fosse exercida pelos descendentes de europeus, considerados pelos estadunidenses como os “reais cidadãos” (DE LA FUENTE, 2001; ANDREWS, 2007).

O movimento paralelo de intervenção estadunidense nas Filipinas teve desdobramentos mais violentos, com a morte de cerca de 600 mil filipinos que resistiram à intenção dos Estados Unidos de civilizarem uma “raça inferior” na região do Pacífico. Uma das estratégias dos estadunidenses foi a de criminalizar o exército de libertação nacional, enquadrando-o como quadrilha de ladrões

(JUAN JR., 2007). O número de mortos e os custos da intervenção ultrapassaram as expectativas dos militares, promovendo um debate público sobre a importância de uma guerra contra os filipinos. O senador Albert Beveridge defendeu a intervenção no Pacífico, afirmando que o conflito era parte de “um longo processo de ascensão dos povos teutônicos que haviam sido escolhidos por Deus para governar a humanidade”. Na sua perspectiva, não havia sentido nenhum para o sentimento de remorso, já que os estadunidenses não haviam se engajado em uma guerra contra europeus, mas sim contra uma raça de “malaios corrompidos por anos de selvageria, orientalismo e colonização espanhola” (KRAMER, 2006, P. 2).

A raça tinha uma centralidade na projeção internacional dos Estados Unidos na virada entre o século XIX e XX e, como observamos, era mobilizada por autoridades políticas para legitimar as ações do país internacionalmente. Internamente, a hierarquia racial constituída historicamente passava por mudanças, esse era o momento de consolidação das políticas de segregação após longos anos de escravidão. A supremacia branca penetrava diferentes esferas sociais, influenciando também a produção acadêmica. Estudiosos das Relações Internacionais que observam a reprodução do racismo no sistema internacional afirmam que a disciplina que se estruturava naquele período enquadrava a ordem mundial em uma perspectiva racializada, não havia uma diferença clara entre relações internacionais e relações raciais (VITALIS, 2013; HENDERSON, 2013; JONES, 2007).

Robert Vitalis, ao analisar o nascimento da disciplina de Relações Internacionais nos Estados Unidos, argumenta que os intelectuais pioneiros tinham como objetivo primordial a preservação de uma sociedade hierarquizada e orientada pela supremacia branca. Para ele, à medida que o campo internacionalista foi se configurando, o distanciamento temporal acabou provocando uma amnésia entre os estudiosos da disciplina que passaram a ignorar a abordagem racializada de estudos pioneiros que estavam comprometidos com o imperialismo estadunidense. Neste período, a ideia de raça que era utilizada pelos acadêmicos tinha atributos biológicos e era fundamental para a compreensão dos conflitos entre os grupos raciais, seja na sociedade estadunidense ou na ordem mundial. O diagnóstico dos especialistas era o de que os avanços nas comunicações e nos transportes aproximariam cada vez mais as populações, acentuando as tensões raciais provocadas pelos sistemas escravistas e os projetos coloniais. O papel dos internacionalistas era o de administrar os contatos entre raças superiores e inferiores, evitando que se transformassem em conflitos sangrentos.

Dentre as figuras de destaque que circulavam entre conferências, encontros de cientistas

políticos, institutos e centros de pesquisas, T. Lothrop Stoddard (1920) foi um dos acadêmicos que mais se destacaram no momento de formação do campo das Relações Internacionais nos Estados Unidos. Stoddard, que se doutorou em Harvard em 1914, manifestava a preocupação, também comum entre os seus pares, com a possibilidade de ascensão de uma ordem mundial marcada pelo embate entre as raças. Entretanto, diferentemente de outros estudiosos, acreditava que a superioridade inata das populações anglo-saxônicas não poderia evitar a sua decadência diante do progresso das raças inferiores, que se desenvolviam a partir da incorporação dos avanços tecnológicos criados pelos brancos. A Primeira Guerra Mundial, de acordo com a sua interpretação, havia destruído as bases da solidariedade entre as populações brancas, possibilitando a reação de outras raças que, a partir do alto crescimento demográfico, destruiriam os pilares da supremacia branca. Em meio a esse contexto desfavorável, Stoddard propôs o “birracialismo” como uma alternativa, que se traduziria na aplicação de políticas segregacionistas que preservariam a raça branca da influência negativa das “raças selvagens”.

Ideias como a de Stoddard teriam uma ampla difusão entre as publicações que circulavam entre os acadêmicos que construía o campo das Relações Internacionais nos Estados Unidos. O exame genealógico da revista *Foreign Affairs*, por exemplo, acaba nos levando ao *Journal of Race Development* (1910-1919), que seria renomeado posteriormente para *Journal of International Relations* até chegar ao formato atual da *Foreign Affairs*. A visão dos autores de artigos que reproduziam uma visão racialmente hierarquizada, entretanto, foi confrontada por figuras que se esforçavam para desconstruir a categoria biologizada de raça. Em 1917, por exemplo, o intelectual afro-americano William DuBois, o primeiro negro a se doutorar na Universidade de Harvard, no artigo intitulado “Souls of White Folks”, fez uma interpretação distinta da de Stoddard sobre a Primeira Guerra Mundial. Para Dubois, que argumentava que o racismo era uma ideologia fundamental na constituição do colonialismo, o conflito entre os europeus era a oportunidade para o início de um processo civilizatório marcado pela independência e a liberdade dos povos asiáticos e africanos em uma nova ordem mundial.

Antes de publicar no *Journal of Race Development*, DuBois já havia anunciado em outras publicações que o racismo seria o grande desafio para humanidade ao longo do século XX. Para o intelectual afro-americano, o racismo que se estruturara nos Estados Unidos não era um produto original das relações sociais do país, mas parte de um processo mais amplo de constituição de antagonismos raciais pelos povos do continente europeu. Na sua interpretação, o avanço dos

Estados Unidos sobre a América Central e o Caribe a partir de Guerra Hispano-Americana tinha como elemento estruturante a supremacia racial branca. A superioridade estadunidense não era mensurada somente a partir da economia, mas também a partir de sua formação racial na qual os descendentes de europeus anglo-saxões prevaleciam sobre as raças inferiores. No início do século XX, DuBois já compreendia que a raça era uma categoria central para a formação da identidade nacional dos Estados Unidos.

Essa é a uma revolução silenciosa que tem permeado a moderna cultura europeia nos anos finais do século XIX e início do século XX. O seu auge foi com os Boxers: a supremacia branca foi mundial. O continente africano estava morto, Índia conquistada, o Japão isolado e a China vencida, enquanto a América branca afia a sua espada para os mexicanos e para a América do Sul miscigenada e os negros são linchados. Uma parada temporária nesse processo foi possível graças ao pequeno Japão, o mundo branco sente o perigo da “presunção amarela”[...]

[...]O uso do homem em benefício de senhores não é uma invenção da Europa moderna. Essa história é tão velha quanto o mundo. Entretanto, a Europa tem proposto aplicação em uma escala e uma complexidade que o mundo jamais poderia imaginar. (DUBOIS, 1917)

A crítica de William Dubois estava contextualizada em um momento de consolidação da segregação racial nos Estados Unidos e do colonialismo nos continentes africano e asiático. Os defensores da supremacia racial tinham trânsito entre os principais espaços de construção do conhecimento, legitimando as hierarquias raciais através de uma linguagem acadêmica. Entretanto, no período pós-guerra, por conta do genocídio ocorrido na Europa, houve um esforço por parte de ativistas e lideranças políticas para desconstruir a ideia de raça. A partir da década de 1950, iniciou-se o processo de descolonização dos povos africanos e, na década de 1960, o Movimento pelos Direitos Civis emergiu nos Estados Unidos e derrubou as leis que sustentavam a segregação racial. Esses dois eventos históricos contribuíram, de maneira importante, para varrer o léxico racista da geração de intelectuais do início do século XX da esfera pública, reforçando o argumento de que a superioridade branca não tinha lastro na realidade.

Nesse contexto as próprias autoridades estadunidenses procuraram difundir a imagem do país como uma nação democrática, que promovia a participação política e a mobilidade social das minorias raciais. O grande desafio da classe política, principalmente dos democratas, no pós-guerra, foi a conciliação entre a agenda dos direitos civis dos afro-americanos e os interesses de democratas sulistas ainda comprometidos com as políticas segregacionistas. Essa equação foi se tornando cada vez mais complicada, à medida em que o país procurava conter a difusão de informações sobre a violência racial em uma disputa pela hegemonia global com a União Soviética durante a Guerra

Fria. O compromisso de divulgar os valores liberais internacionalmente era subvertido pelas práticas racistas da supremacia branca internamente.

Nesse sentido, era necessário se livrar da herança supremacista das agendas internacionais do início do século XX e dismantelar domesticamente todo o aparato segregacionista. O governo estadunidense atuou em diferentes frentes, combatendo a propaganda soviética sobre a segregação racial, apoiando timidamente políticas anti-discriminatórias e articulando um anticomunismo capaz de satisfazer democratas supremacistas, preservando as vozes mais moderadas das lideranças negras e inviabilizando a mobilização das iniciativas consideradas mais radicais. Durante os anos de Harry Truman na Casa Branca (1945-1953), o governo aprovou ordens executivas que proibiam a segregação nas Forças Armadas e a discriminação em empresas que prestavam serviço ao governo federal. No entanto, simultaneamente, utilizou a cruzada anticomunista para evitar a circulação de figuras como W. E. B. DuBois e Paul Robeson, que questionavam em eventos internacionais a democracia estadunidense (MARABLE, 1984; SEYMOUR, 2017). No governo de Dwight Eisenhower (1953-1961), um dos recursos utilizados foi a diplomacia cultural, que passou a investir em artistas de Jazz que viajavam internacionalmente para representar o país e reforçar a ideia de uma democracia multirracial estadunidense (DAVENPORT, 2013). Se naquele momento era impossível negar a o problema da questão racial no país, por outro lado, o governo procurava demonstrar o seu compromisso com as iniciativas antirracistas.

O ensaio antirracista das autoridades, no entanto, foi mais efetivo em conter a articulação das lideranças afro-americanas radicais do que promover a consolidação dos direitos civis. Na década de 1960, no momento em que as organizações políticas negras desafiavam as ordens segregadas no Sul do país, impulsionadas pela popularidade do reverendo Martin Luther King Jr., os presidentes democratas John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson manifestaram uma certa resistência em firmar os seus compromissos antirracistas, os avanços só foram possíveis devido à força do ativismo afro-americano, que foi capaz de ganhar a adesão de diferentes setores da sociedade estadunidense e forçar o governo a encampar leis que promoviam a igualdade de direitos, abrindo-o a enfrentar os interesses dos democratas conservadores e supremacistas do Sul.

Posteriormente, democratas e republicanos passaram a fazer o discurso de consolidação de uma democracia antirracista, representando o país como centro difusor e organizador de uma ordem mundial democrática e eliminando os vestígios da supremacia branca que estruturaram a agenda internacional no início do século XX. Desde o *New Deal*, os estadunidenses deslocavam o

excepcionalismo de um discurso racializado para um especificamente liberal, estabelecendo um patriotismo inclusivo (GERSTLE, 2017). Na construção desta narrativa, a imagem de Martin Luther King foi sacralizada, depurando-a da crítica ao capitalismo e ao imperialismo estadunidense tão marcante em seus últimos anos de vida. A incorporação do Movimento pelos Direitos Civis ao imaginário nacional impulsionaria, na década de 1970, as profecias de que a raça perderia a sua funcionalidade e uma ordem pós-racial emergiria nos Estados Unidos, inaugurando um universalismo indiferente à cor da pele.

No entanto, se em termos simbólicos, o país procurava projetar uma outra imagem internacionalmente, as suas alianças e intervenções continuaram a comprometer o liberalismo antirracista. Na Guerra do Vietnã, militarismo e imperialismo estiveram associados ao racismo anti-asiático, que se intensificara com o conflito com os japoneses na Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia (ROEDIGER, 20). Anticomunismo e supremacia branca andaram de mãos dadas e foram fundamentais para sedimentar as relações entre os Estados Unidos, que administrava a questão racial internamente, e a África do Sul, que consolidava o regime do Apartheid enquanto funcionava como centro de operações anticomunistas nas África Austral. No início da década de 1980, quando o movimento contra o Apartheid se transformara em uma das maiores articulações políticas internacionais, o governo estadunidense ainda demonstrava a sua resistência em aderir às sanções à nação sul-africana (BORSTELMANN, 1993; BRAGA, 2011)

Donald Trump e o “retorno” da supremacia branca

Ainda que as visões supremacistas tivessem perdido espaço na esfera pública e, conseqüentemente, na concepção do imaginário sobre a democracia estadunidense, os supremacistas continuaram a se articular politicamente (POGGI, 2016). Com os avanços ocorridos por meio da aprovação das leis antirracistas na década de 1960, a Ku Klux Klan, por exemplo, perdeu cerca de 70 por cento de seus membros, mas continuou a atuar e participar da política estadunidense (MONDON; WINTER). David Duke, importante liderança que comandou a organização entre 1974 e 1980, mesmo fazendo discursos contra negros, imigrantes e judeus, concorreu em eleições locais e ao Senado pelo Partido Democrata e o Partido Republicano. A organização supremacista foi se ajustando aos ritos democráticos, ao mesmo tempo em que continuava a disseminar conspirações sobre as relações raciais nos Estados Unidos. Nesse sentido, a

KKK confirmava a interpretação de Malcom X sobre a supremacia branca, que afirmara que o fenômeno fazia parte das dinâmicas sociais e se reatualizava ao longo da história. Em 1964, o líder negro a comparou ao modelo de carro Cadillac, chamando atenção para o fato de que “a General Motors lança um modelo novo todos anos, o modelo de 1950 era diferente do modelo de 1960, mas ambos eram Cadillacs” (LIPSITZ, 1995, p. 701).

Aspectos culturais da supremacia branca continuaram a ser reproduzidos e a nutrir o imaginário popular em diferentes partes do território, atravessando uma época na qual supostamente se estabelecia uma ordem pós-racial. Tim Wise (2010) argumenta que, em diferentes esferas, até mesmo no ambiente acadêmico, a perspectiva pós-racial acabou subestimando o poder da raça como elemento estruturante das relações sociais. Nesse período, por exemplo, surgiram interpretações sociológicas que reconheciam o legado do racismo, mas atribuíam a persistência das desigualdades somente às dinâmicas de classe. Wise observa que pesquisas no mesmo período demonstravam que as populações brancas das áreas metropolitanas continuavam a acreditar na ideia de que negros eram preguiçosos, inferiores intelectualmente e propensos a depender do Estado de Bem-Estar Social. Entre as mesmas pessoas, a ideia de vizinhança ideal era a de um espaço sem a presença de negros. Em Chicago e Baltimore, entre as décadas de 1980 e 1990, as populações brancas diminuíram pela metade com o deslocamento para outras cidades que apresentavam espaços racialmente homogêneos.

Já David Roediger (2019) aponta para um outro evento fundamental na convivência entre o discurso pós-racial e a continuidade das práticas racistas nos Estados Unidos. Para o historiador, os ataques terroristas em setembro de 2001 ajudaram a construir uma coesão nacional em torno da Guerra ao Terror, que prevaleceu sobre outras questões sociais. Os discursos patrióticos do presidente George W. Bush, e de outras autoridades importantes, ao manter uma tensão coletiva em torno das operações anti-terror, fortaleceu entre diferentes segmentos sociais a percepção de que o apelo nacionalista havia acelerado o processo pós-racial de eliminação das tensões raciais. No entanto, os especialistas que trabalham com as questões raciais nas Relações Internacionais, chamaram a atenção para o fato de que, não somente as dinâmicas raciais internas obviamente continuaram a operar, como o Estado, internamente e internacionalmente, revigorou a racialização de muçulmanos e árabes ao defini-los como os principais inimigos das democracias (BINAY, 2016; BAYOUMI, 2006).

A sociedade estadunidense, portanto, continuou a produzir alteridades racializadas e o

contexto de caça ao terrorismo em tom patriótico energizou as redes de organizações supremacistas. Nesse sentido, a ascensão do fenômeno Obama não impulsionou o processo de desracialização da sociedade, apenas ressignificou as tensões raciais entre negros e brancos em um momento em que aquela cultura popular supremacista constituída historicamente encontrava-se revigorada pela islamofobia. Barack Obama durante a campanha eleitoral e já como presidente procurou articular representações de uma “diversidade americana” associada ao imaginário tradicional do Sonho Americano, o recontextualizando em um discurso que enfatizava que afro-americanos, latinos, asiático-americanos e outras minorias faziam parte do processo de construção da nação. Os segmentos liberais da sociedade estadunidense compreenderam a mensagem como uma adesão de Obama à profecia pós-racial, porém entre parcela dos conservadores e a maioria dos supremacistas a mensagem foi entendida como uma ameaça à população branca e, principalmente, à ideia da branquitude como traço definidor do excepcionalismo estadunidense.

Todo esse processo não está circunscrito ao universo das relações raciais, as transformações do capitalismo e seus impactos sobre a classe operária são aspectos fundamentais para a compreensão das intersecções entre classe e raça. Nos Estados Unidos, assim como nos países europeus, é possível identificar a deterioração das bases que mantinham o operariado como a indústria e o Bem-Estar Social. Entre os estadunidenses, desde a década de 1970, a desigualdade tem crescido de maneira gradual, inviabilizando o discurso do “sonho americano” tão comum entre republicanos e democratas. Justin Gets (2018) pondera que transformações na economia e, conseqüentemente, no mercado de trabalho enfraqueceram politicamente e socialmente a classe trabalhadora branca, diminuindo o seu tamanho, rompendo os seus laços associativos e desmontando justamente o conjunto de programas do Bem-Estar Social. Nesse sentido, esta classe demonstrou dificuldades para se ajustar às mudanças e passou a ocupar um espaço marginalizado em uma economia cada vez mais globalizada.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores da classe operária testemunharam a ascensão de uma classe média pós-industrial altamente qualificada e de perfil multicultural que anunciava uma nova ordem social. Neste processo, o operariado foi rebaixado a um extrato de brancos nativos historicamente marginalizados e imigrantes com baixa qualificação, além dos grupos minoritários já tradicionalmente excluídos na sociedade estadunidense. De acordo com Getz, este quadro dramático produziu a sensação entre os trabalhadores brancos de que eram uma minoria em uma sociedade que, cada vez mais, favorecia as elites e os grupos racializados. Ao ingressarem ao universo de uma

subclasse histórica na estrutura social, esse segmento da população branca passou a sofrer com estereótipos de “brancos sujos, preguiçosos e inadequados para o trabalho”.

Nos Estados Unidos, uma parte considerável dos trabalhadores da indústria se concentrou em estados que formaram o “Cinturão da Manufatura” (atualmente conhecido como Cinturão da Ferrugem), como Ohio e a Virgínia Ocidental, por exemplo. O colapso da indústria do aço ao longo da década de 1980 já foi o suficiente para dar início ao desaparecimento das atividades que garantiam as ofertas de empregos na região. Como consequências dessas mudanças, as taxas de assassinatos, suicídios, abuso de drogas e divórcio subiram substancialmente (GETZ, 2018: p. 10). Os trabalhadores, tomados pela nostalgia dos tempos áureos das indústrias siderúrgicas, passaram a cultivar o ressentimento por outras classes e minorias. O sonho americano, pelo menos para o proletariado branco, havia se dissipado antes mesmo da crise de 2008. Assim, se constituía um ambiente favorável para a difusão de narrativas de declínio de uma “América Branca” que atraiu trabalhadores e, como chama observa Tatiana Poggi (2018), levou a reboque segmentos da pequena burguesia “esmagada pela concentração do capital”.

Outro aspecto importante são as mudanças no perfil demográfico da população estadunidense, que estimulou as projeções que afirmavam que a população branca deixaria de ser a maioria em um futuro próximo. A profecia do fim da “América Anglo-Saxônica Branca e Protestante” reforçaria, sobretudo, as posições contrárias à flexibilização das leis de imigração e a islamofobia em alguns segmentos sociais nos Estados Unidos (JONES, 2016). A ascensão do presidente Barack Obama, o primeiro presidente negro do país, aprofundou ainda mais a percepção da emergência de uma era multicultural estadunidense, que acabou revelando novas tensões raciais e inviabilizando a criação de uma ordem pós-racial. O Tea Party, por exemplo, que emergira em 2009 como um movimento em favor de uma política fiscal conservadora, logo manifestaria a sua face racista associando a dependência dos programas sociais às minorias étnicas, como nos tempos do presidente republicano Ronald Reagan (SCHRADER, 2011, p. 48).

No final do governo Obama, novos atores políticos já protagonizavam o enfrentamento no campo das relações raciais. O Black Lives Matters se organizara a partir das redes sociais após uma série de manifestações das populações negras contra a violência das forças policiais. Em um movimento paralelo, surgia um outro fenômeno político com origem em sites subterrâneos na internet e que se materializaria nas figuras de Richard Spencer e Steve Bannon. O Alt Right, que em um primeiro momento não se configurava como um movimento político organizado, saltou de um

espaço virtual que reunia internautas adeptos de ideias da extrema direita. Os ativistas do grupo não tinham uma pauta única, mas havia um elemento aglutinador que girava em torno do nacionalismo branco. O Alt Right, assim, surgiu a partir de uma série de correntes extremistas que defendia a separação entre brancos e outros grupos étnicos (HAWLEY, 2017). As principais lideranças demonstravam publicamente a insatisfação com os conservadores do Partido Republicano, acusados de não se engajarem suficientemente na luta contra os progressistas e não se manifestarem contra o politicamente correto – termos utilizado para se referir às pautas das minorias na sociedade estadunidense.

O Alt Right pode ser interpretado como um dos fenômenos que resultam das mudanças demográficas e da desconfiança de parte das classes populares brancas em relação ao sistema político. Como consequência, não há um discurso de afirmação dos valores democráticos, há na verdade a falta de confiança no *establishment*. Alguns pesquisadores identificam no Alt Right um caráter rebelde ou revolucionário, pois o discurso comum é o de esgotamento do sistema político e a necessidade de um novo arranjo capaz de contemplar os interesses das populações brancas (HARTZELL, 2018; HAWLEY, 2017; NAGLE, 2017). Nesse sentido, entre os seguidores, há uma forte tendência para a crença em conspirações liberais e *fake news*, alinhando os extremistas à figura de Donald Trump, que por um certo período difundiu a informação de que a presidência de Barack Obama era ilegal, já que o presidente supostamente não havia nascido em território estadunidense. O discurso nada protocolar de Trump, de ataque às elites do país e às minorias, possibilitou a constituição de uma linguagem capaz de sensibilizar os ressentidos entre a população branca dos Estados Unidos. Todos esses ingredientes reunidos viabilizaram a construção da imagem de Trump como um forasteiro alheio às dinâmicas políticas das elites.

A proximidade de Donald Trump do mundo da política, contudo, não era uma novidade, ao longo de sua atuação no mercado imobiliário, contribuiu com doações ao Partido Republicano e se apresentou publicamente ao lado de lideranças democratas. Trump também frequentou e promoveu a sua imagem na mídia *mainstream* como um empresário de sucesso. Contudo, ele se empenhou em reforçar um discurso de alternativa aos democratas e republicanos moderados, associados a uma imprensa que estava supostamente fechada às suas ideias para mudar a situação econômica dos Estados Unidos. Nesse esforço de se demonstrar como único candidato capaz de promover mudanças no país através de uma performance agressiva e subversiva, Trump reproduziu a lógica dos ativistas do Alt Right que utilizavam a linguagem de memes para externar publicamente o

rechaço ao feminismo, o politicamente correto e o multiculturalismo. Ou seja, se configurava um campo no qual descontentes com as condições econômicas do país revelavam os seus preconceitos abertamente e, por meio de táticas de *trolls* da rede, nomeavam inimigos e os atacavam sistematicamente (NAGLE, 2017). O discurso de Trump, com intuito de enquadrar a crise estadunidense a partir do declínio da classe trabalhadora, incorporou deliberadamente o léxico de supremacistas brancos, abrindo espaço para a atuação dos intelectuais do Alt Right na esfera pública (HARTZELL, 2018).

Parte dessa estratégia foi desenhada por Steve Bannon, supremacista branco que identificou em Donald Trump uma figura capaz de liderar uma reação branca a uma ordem social liberal e multicultural nos Estados Unidos. Bannon, oriundo das classes populares, estudou na Virginia Tech e teve uma passagem pela Goldman Sachs, onde se enriqueceu como investidor no mercado de ações, mas não se tornou sócio. Apesar de uma trajetória profissional satisfatória, Bannon se enxergava como um *outsider* e passou a produzir documentários com uma perspectiva da direita estadunidense. De acordo com Jeffrey Alexander (2018), a ausência de feedback às suas produções foi alimentando gradualmente o seu ressentimento ao establishment. A sua visão de mundo ficou cada vez mais marcada por binarismos que teriam ressonância nos discursos de Donald Trump: povo/elite, cristãos/muçulmanos, Ocidente/resto, verdadeiros americanos/imigrantes (não brancos), nacionalistas/globalistas.

Steve Bannon assumiu o papel de estrategista de Trump durante as eleições para presidente com objetivo de colocar a campanha nos trilhos, apostando na difusão de *fake news*, prática comum no Breitbart News, site de extrema-direita que ele comandava desde 2007. Bannon consolidou a conexão entre a campanha de Donald Trump e parte de sua base de apoio supremacista, em um momento em que a identidade branca aparecia ameaçada pelo multiculturalismo de Barack Obama. Steve Bannon e Richard Spencer foram fundamentais para que a supremacia retornasse ao mainstream da política estadunidense. Mondon e Winter (2017) observam que em períodos anteriores as agendas supremacistas estiveram representadas por figuras individuais como Pat Buchanan, Rush Limbaugh, e alguns comentaristas da Fox News. A ascensão de Obama e, posteriormente, a campanha de Donald Trump despertaram os supremacistas e constituíram o cenário favorável para a emergência de correntes e organizações orientadas pela missão de redimir a população branca.

Contudo, o chauvinismo e o racismo no discurso do presidente não poderiam ser

considerados somente uma influência de ativistas da extrema-direita, Trump já tinha o seu próprio histórico e repertório de comentários racistas. Ao longo de sua trajetória, foi acusado de discriminação racial em seus empreendimentos e, o caso mais conhecido, foi a recusa de alugar imóveis para inquilinos negros em 1973. Em relação aos temas internacionais, no período da administração Obama, Trump ao criticar os médicos estadunidenses que embarcaram para países africanos para tratar e pesquisar o Ebola, difundiu a imagem do continente como um lugar enfeitado pela doença. Donald Trump, por si só, já demonstrava em sua retórica patriótica afinidades com Ku Klux Klan, neonazis e outros grupos supremacistas (TAYLOR, 2018). O discurso sobre a “América em primeiro lugar” teve como pilar fundamental justamente o apelo ao sentimento de perda de segmentos da população branca e uma representação nostálgica de um período no qual o país prosperava economicamente e não tinha que se preocupar com fluxos de imigrantes latinos e muçulmanos.

Assim como na Guerra ao Terror, o governo de Donald Trump nutriu o imaginário estadunidense com a ideia de ameaças racializadas internas e externas. A complexidade das alteridades raciais se revelou em críticas ao Black Lives Matter, ameaças aos imigrantes ilegais e as disputas com os chineses no sistema internacional. Nesse cenário marcado por falas controversas sobre as relações raciais, grupos supremacistas tomaram as ruas da cidade de Charlottesville, na Virgínia, para preservar os monumentos confederados, associados simbolicamente ao racismo sulista, provocando confrontos violentos com grupos antifas e antirracistas. Já neste incidente, Trump procurou enquadrar o Black Lives Matter como uma organização de arruaceiros e de violadores da ordem. A estratégia foi a de afastar os manifestantes negros da imagem idealizada de Martin Luther King e retratá-los como uma ameaça ao “modo de vida americano”.

O mesmo modo de vida foi ameaçado, na perspectiva trumpista, pelas correntes imigratórias ilegais na fronteira com o México. Um dos comentários de Donald Trump que energizaram a extrema-direita estadunidense foi sobre a natureza criminosa de imigrantes mexicanos, que ao atravessarem a fronteira entre os países se transformavam em grande ameaça para os estadunidenses. No início do processo eleitoral, Trump utilizou o termo “estuprador” para se referir aos imigrantes, reproduzindo uma linguagem da cultura racista do país, comum entre a virada entre os séculos XIX e XX para controlar os homens negros que desafiavam hierarquias raciais. A alegoria do estuprador foi utilizada de maneira sistemática para criminalizar os homens negros nos estados do sul e legitimar a segregação racial na região. Obviamente, Trump tinha como objetivo

mobilizar o imaginário racista de segmentos da população branca que culpavam os imigrantes latinos e seus descendentes pelas mudanças no mercado de trabalho.

Quando o México envia o seu povo, não o envia os melhores deles [...] Eles estão enviando pessoas que tem problemas com a gente. Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo crime. Eles são estupradores. E alguns, eu reconheço, são gente boa. Mas eu converso com os policiais da fronteira e eles dizem o que estamos recebendo. Isso faz sentido. Eles não estão enviando as pessoas certas. E vem gente além do México. Eles estão vindo de toda a América do Sul e da América Latina. Estão chegando. (THE WASHINGTON POST, 16 de Junho de 2015)

A representação dos imigrantes como ameaça tem ganhado força nos últimos vinte anos com as projeções de declínio demográfico da população branca. Nesse sentido, políticos como Pete Wilson, eleito governador da Califórnia na década de 1990, com perfil moderado entre os quadros do Partido Republicano passaram a apostar no discurso anti-imigração para impulsionar suas candidaturas (GERSTLE, 2017. p. 397). No caso de Donald Trump, a percepção negativa sobre os imigrantes foi reforçada com a insistência, já como presidente, na construção de um muro entre os Estados Unidos e o México. Uma das principais promessas de campanha, o muro, que numa versão original da proposta contaria com o financiamento dos próprios mexicanos, tornou-se uma controvérsia maior quando o presidente tentou mobilizar recursos para a sua construção. O impasse diante das despesas do governo federal acabou suspendendo as suas atividades, que somente foram resolvidas depois da liberação de cerca de 1,3 bilhões para a construção de cercas na fronteira.

O engajamento do presidente Donald Trump na construção de muro e de cercas, como bem lembra Nick Sciullo (2019), recupera representações sobre fronteiras e cercamentos que fazem parte das dinâmicas das relações raciais dos Estados Unidos relacionadas à segregação de negros, campos de concentração de japoneses e os próprios métodos de contenção de imigrantes ilegais da América Latina. A constituição do território estadunidense, em diferentes momentos históricos, foi marcada por percepções de que as fronteiras territoriais foram sempre espaços povoados por populações capazes de ameaçar a integridade da nação. Em um primeiro momento, as populações indígenas ocuparam o imaginário dos cidadãos estadunidenses enquanto ameaça. A incorporação de parte do território mexicano deu início a uma outra representação, no qual se constituiu uma fronteira entre uma civilização anglo-saxônica e uma barbárie marcada por populações latinas miscigenadas. Para muitos estadunidenses, o debate sobre limites territoriais trata-se também de um debate racial.

A campanha para a mobilização de recursos para extensão do muro entre os Estados Unidos e o México de Donald Trump lançou mão justamente do termo “invasão”, fazendo a alusão ao

perigo que poderia representar o fluxo de imigrantes ilegais para o país. A estratégia de Trump foi a de explorar o medo e o imaginário constituído historicamente sobre a fronteira para reverter a opinião pública a seu favor. A ideia de construção do muro ou de cercas reativa o discurso de que o excesso de imigrantes poderia aprofundar o declínio demográfico da população branca ou arruinar o legado anglo-saxônico e protestante que se tornaram pilares fundamentais do excepcionalismo estadunidense.

Nós temos uma invasão! Por isso estamos construindo o muro para parar isso. Os democratas vão nos processar, porém nós queremos um país seguro [...] É importante que paremos a invasão. Nancy Pelosi e os democratas não negociaram de boa fé os fundos para o muro nas nossas fronteiras do Sul, provando que a obstrução dos recursos é mais importante que a nossa segurança [...] Eu não posso permitir que a segurança dos Estados Unidos seja colocada em risco. Nós precisamos do muro e eu devo dizer: América em primeiro lugar! [...] Nós precisamos que os norte-americanos façam pressão sobre os democratas para que o muro seja finalizado. (THE GUARDIAN, 2019)

Como é possível observar, o trumpismo, em sua dimensão racial, tem demonstrado a capacidade de reavivar categorias e representações da cultura racista estadunidense e recontextualizá-las nos embates domésticos e internacionais dos Estados Unidos. E esse processo não se restringe às tensões raciais que envolveram historicamente os imigrantes latino-americanos, principalmente os mexicanos, mas também os chineses, que ascenderam como a segunda potência no sistema internacional. Como alguns especialistas têm demonstrado, o protagonismo chinês despertou o sentimento de insegurança nos ocidentais e fez emergir novamente a ideia de “perigo amarelo”, que circulou nas Américas, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil na primeira metade do século XX, devido às reações contra a imigração dos povos asiáticos ou contra as comunidades asiáticas instaladas nos dois países (TCHEN & YEATS, 2014; BINAY, 2016). Nos Estados Unidos, desde o século XIX, por conta da presença de trabalhadores chineses na construção de ferrovias na costa Oeste do território, os grupos asiáticos foram enquadrados como elementos que poderiam comprometer o equilíbrio social devido à incapacidade de assimilar as práticas culturais da sociedade estadunidense e demonstrar lealdade à nação.

Nas mensagens emitidas por Donald Trump e membros do seu governo, a representação do perigo amarelo ganhou força com a previsão de um embate entre as duas maiores potências do sistema internacional. Durante as eleições, Trump considerou os chineses os causadores dos males da economia, os postos de trabalhos haviam sido capturados pelos asiáticos e seria necessário punir as empresas do país que haviam deslocados as plantas industriais para a Ásia, especialmente a China. O problema do déficit de 500 bilhões com os chineses, alegado por Donald Trump, deveria

ser resolvido com uma guerra tarifária. Ou seja, em parte, na visão do presidente, o colapso da classe trabalhadora poderia ser revertido com uma política comercial mais agressiva com os chineses.

Há pessoas que desejariam que eu não me referisse a China como um inimigo. Mas é exatamente o que são. Eles destruíram nossa indústria inteira utilizando trabalhadores de baixa remuneração, custando milhares de ocupações, espiando nossos negócios, roubando a nossa tecnologia e manipulando e desvalorizando nossa moeda, encarecendo nossas exportações – algumas vezes tornando-as inviáveis. (TRUMP, 2015, p. 62)

Para Sema Binay (2016), o processo de racialização dos chineses e de seus descendentes nos Estados Unidos passa pela representação da China como um espaço fora do Ocidente com valores distintos e incapaz de seguir as normas do sistema internacional liberal. Os chineses são representados como “trapaceiros” que manipulam o câmbio e desregulam os direitos trabalhistas para baratear os seus produtos. A China não é apenas um protagonista do sistema, mas um ator que ameaça o seu equilíbrio. Nesse sentido, não há um compromisso com o capitalismo e o individualismo liberal, apenas tendências autoritárias que se revelam em algumas posições políticas e trocas comerciais. Kiron Skinner, autoridade do Departamento de Estado, em um pronunciamento público, afirmou que a relação dos Estados Unidos com a China deveria ser compreendida como um “choque de civilizações”:

Quando nós pensamos sobre a União Soviética e aquela competição, daquele jeito, era uma luta dentro da família ocidental. Karl Marx foi um judeu alemão que desenvolveu uma filosofia que está realmente dentro de uma linhagem política [...] que faz parte do liberalismo clássico [...] Você poderia olhar para a União Soviética, parte ocidental, parte oriental, mas havia algumas aberturas que nos levaram ao Acordo de Helsinque em 1975. Esse foi um conceito muito importante que abriu as portas para comprometer a União Soviética, um Estado totalitário, em termos de direitos humanos. Isso não seria possível com a China. Essa é uma luta com uma civilização muito diferente, com uma ideologia diferente. Essa é uma experiência diferente para os Estados Unidos [...] É impressionante que pela primeira vez tenhamos uma grande potência adversária não caucasiana. (SOUTH ASIA MORNING POST, 2019)

Embora haja uma tendência de se pensar as relações raciais nos Estados Unidos a partir das tensões entre negros e brancos, a supremacia branca, ao reforçar a ideia de um país construído por brancos e para os brancos, tem historicamente organizado uma hierarquia racial complexa que atribui inferioridades distintas, com diferentes histórias, para as minorias raciais. A supremacia branca opera com a percepção de ordem na qual, nacionalmente ou internacionalmente, as populações brancas têm a função de ordenar as relações sociais ou interestatais e evitar que os sujeitos racializados desequilibrem os arranjos institucionais que garantem as assimetrias simbólicas e materiais. Em um momento em que os estadunidenses enfrentam a “ameaça chinesa” à sua

hegemonia e encaram os desafios para afirmar a dignidade das classes trabalhadoras brancas, Donald Trump lançou mão do repertório supremacista para enquadrar os problemas contemporâneos da sociedade estadunidense. Essa visão supremacista que naturaliza a representação dos chineses como trapaceiros é a mesma que possibilita colocar países da América Latina e da África na categoria de “lugares de merda” (CNN, 2018), confrontando o discurso de direitos humanos que foram reforçados pelas organizações internacionais após a Segunda Guerra Mundial.

No processo de recondução da supremacia branca ao mainstream da política estadunidense, Donald Trump ofereceu respostas e soluções para problemas sociais e econômicos articulando representações do imaginário supremacista que circulavam entre o público mais amplo na era pós-racial. Esses elementos que fundamentam a “América Branca”, de acordo com o historiador Gary Gerstle (2017), orientam as agendas de supremacistas e também de segmentos das classes populares que não aderem automaticamente à supremacia branca, mas que circunstancialmente apoiam projetos e agendas que comprometem a participação política das minorias. Nesse sentido, as rádios locais e, posteriormente, os canais em plataformas de mainstream cumpriram o papel difundir representações racistas e soluções supremacistas em época de maré baixa. No momento em que se constituiu um cenário favorável, as imagens de negros violentos, trabalhadores latinos, terroristas muçulmanos e chineses trapaceiros, que circularam entre os segmentos populares foram reorganizadas para reforçar a caráter redentor do slogan “Fazer a América Grande Novamente”.

Considerações finais

O fenômeno Trump, em sua dimensão cultural e social, representa contemporaneamente uma manifestação da supremacia branca que emergiu em diferentes momentos da história dos Estados Unidos. A ideia de “América Branca”, nos embates em torno da identidade nacional, sempre se levantou contra as propostas de uma nação mais inclusiva, seja confrontando negros, imigrantes não protestantes, asiáticos, latinos ou muçulmanos. Os conflitos raciais domésticos, entretanto, sempre tiveram influência na projeção internacional dos Estados Unidos. Na virada entre os séculos XIX e XX, momento em que se consolidavam as comunidades segregadas no Sul do país, os estadunidenses passaram a intervir de maneira sistemática nos países da América Central e nas Filipinas, utilizando o discurso racial como elemento estruturante de suas ações. Como

acompanhamos no texto, o debate sobre o lugar dos Estados Unidos, ao lado das potências europeias, foi conduzido por ideias produzidas no ambiente acadêmico que enquadravam a ordem mundial em um conflito de raças.

Apesar do esforço de alguns democratas e republicanos para conter a isolar organizações e lideranças supremacistas por meio da constituição de uma ordem liberal supostamente inclusiva, a democracia estadunidense, em suas dinâmicas raciais, sempre reservou um espaço para reprodução da supremacia branca. Em um período em que se procurava forjar uma sociedade pós-racial, os supremacistas mantiveram suas redes mobilizadas em torno de temas como invasão de imigrantes ilegais, ameaça terrorista, criminalidade negra e trapanças chinesas. O cenário de crise econômica e instabilidade dos segmentos populares brancos favoreceram o retorno dos supremacistas ao mainstream com impulso dado pela candidatura de Donald Trump. A sua ascensão política reorganizou as narrativas excepcionalistas de superioridade branca através do projeto de uma “América Grande” para preservar o “o modo de vida americano” e a hegemonia no sistema internacional.

Referências

- ALLEN, Theodore. *The invention of White race: the origin of White oppression in Anglo-America*. New York/London: Verso, 1997.
- ALEXANDER, Jeffrey. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon, *Sociol. Antropol.* [online], 2018, vol.8, n.3, pp.1009-1023. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752018v8310>.
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- BINAY, Sema. *Coloring the lines through culture? race and racialization in International Relations*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Graduate School of the University of Minnesota. Minneapolis, p. 233, 2016.
- BORSTELMANN, Thomas. *Apartheid's reluctant uncle: United States and South Africa in early cold war*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- BÚZÁS, Zoltán. *Race and International Politics: how race prejudice can shape discord and cooperation among powers*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Graduate School of the Ohio State University. Columbus, p. 381, 2012.
- CNN. *Trump decries immigrants from 'shithole countries' coming to US*. 12 de janeiro de 2018.

Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/01/11/politics/immigrants-shithole-countries-trump/index.html>

DUBOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America*. London: Transaction Publishers, 2013.

_____. Of the culture of white folk, *The journal of race development*, vol. 7, 1917, pp. 434-447.

DE LA FUENTE, Alejandro. *A nation for All: race, inequality, and politics in twentieth century Cuba*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001.

FEKETE, Liz. *Europe's fault lines: racism and the rise of the right*. London: Verso, 2018.

GERSTLE, Gary. *The American crucible: race and nation in Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

GETS, Jutin. *The new minority: White Working Class politics in an age of immigration and inequality*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GILLESPIE, Dizzy. Swing low, sweet Cadillac: White Supremacy, anti-black racism and the new historicism. *American Literary History*, v. 7, Issue 4, Winter 1995, pp. 700–725.

GUGLIEMO Thomas A. *Whites on Arrival: Italians, race, color, and Power in Chicago, 1890-1945*. New York: Oxford University Press, 2004.

HARRYS, Cheryl. Whiteness as property, *Harvard Law Review*, v. 106, n. 8, 1993, pp. 1710-1791.

HARTZELL, Stephanie L. Alt-White: conceptualizing the “Alt-Right” as a rhetorical bridge between White Nationalism and mainstream public discourse, *Journal of Contemporary Rhetoric*, Vol. 8, No.1/2, 2018, p. 6-25.

HAWLEY, George. *Making sense of the Alt-Right*. New York: Columbia University Press, 2017.

HENDERSON, Errol A. Hide in plain sight: racism in international relations, *Cambridge review of international affairs*, vol. 26, 2013, p. 71-92.

HORSMAN, Reginald. *Race and manifest destiny: origins of American racial anglo-saxonism*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

IGNATIEV, Noel. *How the Irish became White*. New York: Routledge, 1995.

JACOBSON, Matthew Frye. *Whiteness of a different color: European immigrants and the alchemy of race*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

JONES, Robert P. *The end of White Christian America*. New York: Simon & Schuster, 2016.

JUAN JR., E. San (org.). *U.S. imperialism and revolution in Philippines*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

KNOX, Robert. Race, racialization and rivalry in the international legal order. ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Race and racism in international relations: confronting the global colour line*. New York: Routledge, 2015.

KRAMER, Paul K. *The blood of government: race, empire, the United States, and the Philippines*. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2006.

PERSAUD, Randolph; WALKER, RBJ. Apertura: race in international relations, *Alternatives*, v. 26, 2001, p. 373–376.

POGGI, Tatiana. Trump e os brancos pobres: um neoliberal pra chamar de seu, *Outubro (São Paulo)*, v. 31, p. 265-291, 2018.

_____. *Faces do Extremo: o neofascismo nos EUA 1970-2010*. Curitiba: Prismas, 2015.

MONDON, Aurelien; WINTER, Aaron. *Reactionary democracy: how racism and the populist far right became mainstream*. New York: Verso, 2020.

NAGLE, Angela. *Kill all normies: the online cultural wars from Tumblr and 4chan to the alt-right and Trump*. Washington: Zero Books, 2017.

ROEDIGER, David. *Wages of whiteness: race and the making of the American working class*. New York: Verso, 2007.

SCHRADER, Benjamin Thomas Grant. *The tea party: the discourse of class, race, & gender/sexuality*. Dissertação (Mestrado em Ethnic Studies) – Colorado State University. Fort Collins, 106 p., 2011.

SCIULLO, Nick. *U.S Long History of Racist Fences, Real & Imagined*. Fev. de 2019. Disponível em: <http://monitoracism.eu/u-s-long-history-of-racist-fences-real-imagined/>

SINGH, Nikhil Pal. *Race and America's long war*. Oakland: University of California Press, 2017.

SOUTH CHINA MORNING POST. *Slip-up or signal? What US official's 'clash of civilisations' remarks suggest*. 25 de mai. De 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/article/3011763/slip-or-signal-what-us-officials-clash-civilisations-remarks-suggest>

STODDARD, Lothrop. *The rising tide of color against White World-Supremacy*. New York: Charles Scribner's Sons, 2020.

TAYLOR, Keegan-Yamahtta. The White power presidency: race and class in the Trump era, *New Political Science*, v. 40, n. 1, p. 103-112, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07393148.2018.1420555?journalCode=cnps20>. Acesso em: 12. Mai. 2019.

TCHEN, John Kuo Wei; YEATS, Dylan. *Yellow Peril!: an archive of anti-Asian fear*. New York: Verso, 2014.

THE GUARDIAN. *Trump referred to immigrant 'invasion' in 2,000 Facebook ads, analysis reveals*. 5 de ago. De 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2019/aug/05/trump-internet-facebook-ads-racism-immigrant-invasion>

THOMPSON, Debra. Through, against and beyond the racial state: the transnational stratum of race, *Cambridge review of international affairs*, vol. 26, 2013, p. 133-151.

TRUMP, Donald J. *Crippled America: how to make America Great again*. New York: Threshold Editions, 1915.

VITALIS, Robert. *White world order, Black power politics: the birth of American International Relations (the Unites Stares in the World)*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

WASHINGTON POST. *Donald Trump's false comments connecting Mexican immigrants and crime*. 16 de jun. de 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/wp/2015/07/08/donald-trumps-false-comments-connecting-mexican-immigrants-and-crime/>

WISE, Tim. *Colorblind: the rise of post-racial and retreat from racial equality*. San Francisco: City Light Books/Open Media Series, 2010.